

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.381.058 - ES
(2018/0267384-3)**

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : L DE S C
ADVOGADO : JOSÉ ALTOÉ CÔGO - ES011721
AGRAVADO : M O D A S
AGRAVADO : J A D A S
AGRAVADO : B C D A S
AGRAVADO : H R B S
AGRAVADO : M E D E S S (MENOR)
ADVOGADOS : PAULO OSCAR NEVES MACHADO - ES010496
PÂMELA DE FREITAS INOCÊNCIO TESCHE - ES014829

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO. AFASTAMENTO DAS SÚMULAS 282 E 356/STF NO TOCANTE AO CERCEAMENTO DE DEFESA. EM JUÍZO DE RETRATAÇÃO, AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno interposto por L. DE S. C. contra a decisão de fls. 508-511 (e-STJ), na qual esta relatoria conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nas razões do agravo interno (e-STJ, fls. 514-519), sustenta a insurgente estar prequestionada a matéria cerceamento de defesa, não incidindo as Súmulas 282 e 356/STF.

Pede, assim, a reconsideração do *decisum*.

Impugnação às fls. 524-528 (e-STJ), na qual se pede o desprovemento do recurso.

Brevemente relatado, decido.

De fato houve manifestação do Tribunal de origem sobre o alegado cerceamento de defesa, consistente nos interesses da menor.

Portanto, em juízo de retratação, nos termos do § 2º do art. 1.021 do Código de Processo Civil de 2015, **reconsidero** este ponto da decisão e passo a nova análise dele.

Defendeu a recorrente a nulidade do acórdão por não considerar o interesse da menor, filha do casal, na decisão que concluiu pela inexistência de união estável.

Ocorre que, contrariamente à tese da recorrente e com base em todo o acervo fático-probatório, concluiu o Tribunal local que a defesa dos interesses da menor foi plena.

Veja-se à fl. 422 (e-STJ):

Primeiramente quanto a alegação de cerceamento de defesa por falta de defesa do interesse da infante (sua filha), eis que é de interesse da menor que a ação seja julgada procedente, por ser a recorrente sua genitora, de modo que com a procedência da ação alcançaria um maior quinhão da herança, pois é a única herdeira da recorrente, ressaltando que tal alegação não merece prosperar na medida em que verifica-se nos autos que foi nomeado curador especial para a recorrida menor de idade, bem como, foi a mesma devidamente representada por seu curador, que no momento oportuno, promoveu sua defesa e acompanhou todos os atos processuais. Oportuno, ressaltar, que a improcedência da presente ação se deu ante a incapacidade da recorrente em comprovar que o relacionamento mantido com o de caju possuía o caráter de união estável.

Sendo assim, para o acolhimento do recurso, seria imprescindível derruir a conclusão contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, demandaria nova incursão no conjunto fático-probatório, incidindo, na espécie, a Súmula 7 deste Tribunal Superior a impedir o conhecimento do recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS.

MÓVEIS PLANEJADOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. SÚMULA N. 7/STJ.

1. Inviável a análise do recurso especial quando dependente de reexame de matéria fática da lide (Súmula n. 7 do STJ).

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1.253.840/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 08/09/2015, DJe 21/09/2015).

Ante o exposto, em juízo de retratação parcial da decisão de fls. 508-511 (e-STJ), conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

